



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Sede: SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS - MT - Fone: 65 3251-1115 - CNPJ 08.979.143/0001-07

Municípios:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIÁVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 09/2010, CONTRATO ESSE ORIGINALMENTE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL-CIDESAT E A EMPRESA BASE DUPLA SERVIÇOS E CONTRUÇÕES CIVIL - LTDA.

Aos 26 dias do mês de junho do ano de 2014 (dois mil e catorze), nesta cidade de São José dos Quatro Marcos-MT, o **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal – CIDESAT**, com sede e foro em São José dos Quatro Marcos, estabelecido na Rua Rio de Janeiro, nº 1.125, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 08.979.141/0001-80, aqui representada por sua Presidente, **MARIA MANEA DA CRUZ**; há por bem rescindir unilateralmente o Contrato Administrativo nº 09/2010 que foi firmado com a empresa **BASE DUPLA SERVIÇOS E CONTRUÇÕES CIVIL LTDA.**, CNPJ: 04.568.575/0001-66, em 12/04/2010, cujo objeto é a execução das obras de implantação do sistema de resíduos sólidos incluído aterro sanitário, sistema de compostagem e centrais de triagem nos Municípios de Mirassol D'Oeste, São José dos Quatro Marcos e Araputanga; operando-se tal rescisão pelos fundamentos seguintes e gerando os efeitos a seguir fixados.

PRIMEIRO

Fica neste ato unilateralmente rescindido o Contrato nº 09/2010 originalmente celebrado entre as partes identificadas no preâmbulo, em razão da empresa BASE DUPLA SERVIÇOS E CONTRUÇÕES CIVIL LTDA não haver reiniciado a execução dos serviços, apesar do compromisso por ela assumido no Sexto Termo Aditivo de Prazo.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Sede: SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT – Fone: 65 3251-1115 – CNPJ 08.979.143/0001-07

Municípios:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br

SEGUNDO

A rescisão do Contrato nº 09/2010 ora operada tem fundamento nos fatos e informações registradas no Processo Licitatório nº 03/2009 (Concorrência Pública 01/2009) e seu apenso, Processo Administrativo 01/2014, nos quais se contata a total inexecução do cronograma físico-financeiro proposto pela própria contratada e acatado pela contratante quando da assinatura do sexto termo aditivo de prazo, além da abertura de prazo para exercício do contraditório e da ampla defesa de seus interesses, utilizado mediante o oferecimento de manifestação encartada aos autos de Processo Administrativo nº 01/2014.

TERCEIRO

Além dos fundamentos processuais citados nos itens precedentes, a rescisão contratual ora operada funda-se na autorização constante do art. 77, combinado com o inciso I, do art. 78, sendo operada unilateralmente pela Administração, conforme previsto no inciso I do art. 79, todos da Lei nº 8.666/93.

QUARTO

Operam-se, como efeitos dessa rescisão, todas as consequências e penalidades estabelecidas no contrato rescindido, especialmente aplicação de multa e suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com o CIDESAT pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93.

QUINTO

A Empresa cujo contrato se rescinde será notificada para que, nos termos do contrato e da Lei, recolha o valor da multa, bem como o montante devido em razão do recebimento dos valores indevidamente pagos devidamente atualizados, tudo quantificado conforme o Parecer final da Comissão responsável pelo Processo Administrativo nº 01/2014.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Sede: SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS - MT - Fone: 65 3251-1115 - CNPJ 08.979.143/0001-07

Municípios:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br

SEXTO

Na notificação mencionada no item anterior também deverá constar a necessidade de recolhimento dos valores referentes aos serviços inacabados e/ou que não receberam aprovação da contratante, conforme notificações anteriores ao processo que culminou neste Termo de Rescisão Unilateral e o Parecer Final da Comissão responsável pelo Processo Administrativo n.º 01/2014; isso, no caso da contratada não regularizar tais pendências no prazo de trinta dias.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado Pela Presidente do CIDESAT.

São José dos Quatro Marcos, 26 de junho de 2014.

MARIA MANEA DA CRUZ
Presidente



| EMPRESA | VALOR | JUSTIFICATIVA/COMENTÁRIO | SITUAÇÃO |
|--|------------------|--|-------------------|
| Comdãos Comércio e Serviços Eletrônicos Ltda. CNPJ: 34.203.752/0001-71 | R\$ 2.251.103,00 | Não possui cadastro no BNDES e nem código FINAME, conforme ofício enviado a esta Companhia | Não Confor-midade |
| Schneider Electric Brasil Ltda. CNPJ: 082.743.287/0034-72 | R\$ 4.455.357,68 | Atendeu todos os requisitos estabelecidos no aviso consulta pública nº 01/2014. | Em conformi-dade |

KROL JÂNIO P. REMÍGIO
Diretor-Presidente

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO
SINDICATO DOS LOJISTAS, COMÉRCIO
PATRONAL, VAREJISTA E ATACADISTA DE
RIBEIRÃO DAS NEVES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL

A Comissão Pró-Fundação do Sindicato dos Lojistas, Comércio Patronal, Varejista e Atacadista de Ribeirão das Neves, convoca todos lojistas, proprietários de empresa do comércio varejista e atacadista, sediada no município de Ribeirão das Neves, para participarem da Assembleia Geral de Fundação do Sindicato Patronal, que será realizada no dia 22 de Julho de 2014, às 10:00. Na Rua Monte Castelo 1932 Bairro Vila Real Ribeirão das Neves CEP. 33.940-190. A fim de deliberarem e Aprovar a seguinte ordem do dia: 1) Fundação do Sindicato; 2) Leitura e Aprovação Ata e Estatuto; 3) Eleição e Posse da Diretoria, Conselho Fiscal, e Suplentes.

ADRIANA RIBEIRO DE CASTRO
Presidente da Comissão

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
DE RIO AZUL-PR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL

A Comissão Organizadora para fundação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rio Azul nos termos do inc. II do §1.º do art. 2.º da Port.-MTE n.º 186/10.04.083 e inciso II do Artigo 3º da Portaria MTE nº 326/13 de 01.03.2013, CONVOCA os Servidores Públicos Municipais dos Poderes Legislativo e do Executivo do Município de Rio Azul-PR, para participarem da Assembleia Geral que se realizará na Rua Getúlio Vargas, 250 na sede da Câmara Municipal de Rio Azul-PR, no dia 25/07/2014 às 19:00 horas para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1. Fundação do Sindicato da categoria dos servidores públicos municipais vinculados ao Município de Rio Azul-PR (SIMPRA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rio Azul), que representará a categoria, de base territorial municipal abrangendo o Município de Rio Azul-PR; 2. Discussão e aprovação do estatuto social do Sindicato; 3. Eleição e posse da primeira diretoria; 4. Filiação à (FEDERAÇÃO); Rio Azul, 07 DE MAIO 2014. FLORIPÓ JOÃO SOARES - PRESIDENTE INTERINO DO SIMPRA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rio Azul. End. Rua Guilherme Ferreira, 201, CEP 84560-000.

Rio Azul-PR, 20 de junho de 2014.
FLORIPÓ JOÃO SOARES
Presidente do Sindicato

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL,
AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO
NASCENTES DO PANTANAL

EXTRATO DE RESCISÃO

Primeiro - Fica neste ato unilateralmente rescindido o Contrato nº 09/2010 originalmente celebrado entre as partes identificadas no preâmbulo, em razão da empresa BASE DUPLA SERVIÇOS E CONTRUÇÕES CIVIL LTDA não haver reiniciado a execução dos serviços, apesar do compromisso por ela assumido no Sexto Termo Aditivo de Prazo. São José dos Quatro Marcos, 26 de junho de 2014. O Termo encontra-se publicado na íntegra no site: <http://www.nascentesdopantanal.org.br/administracao/publicacoes/termo-de-rescisao-unilateral-do-contrato-n-09-2010>

COONAI - COOPERATIVA NACIONAL
DE CONTROLE DA QUALIDADE LTDA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2014

Ata da Assembleia Geral Ordinária da COONAI - Cooperativa Nacional de Controle da Qualidade Ltda, CNPJ 64.315.948/0001-19, NIRE 3140000494-7, realizada aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março de 2014, na Avenida Portugal, nº 1647, sala 102, bairro Jardim Atlântico, cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, às 10h00min em terceira convocação, com a presença do quorum mínimo de cooperados, de acordo com

a ordem do dia, constante do edital de convocação que foi amplamente divulgado através do Diário Oficial da União, Seção 3, ISSN 1677-7069, no sítio da COONAI e em suas dependências. Dando início à Reunião, o Senhor Presidente, Fábio Antonio da Silva, solicitou que fosse feita a leitura do Edital de Convocação, para mais uma vez os associados se inteirarem da ordem do dia. Após a leitura da Ordem do Dia, o Senhor Presidente solicitou que o Senhor Iron da Silva Muller secretariasse a reunião e informou que a COONAI conta hoje com 282 (duzentos e oitenta e dois) cooperados em condições de votar. O Senhor Fábio passou então para o primeiro item do Edital de Convocação: 1 - Prestação de contas do exercício encerrado em 31/12/2013, compreendendo: a) Relatório da gestão do ano de 2.013; b) Balanços do exercício de 2.013; c) Demonstração das sobras ou perdas apuradas; d) Parecer do Conselho Fiscal, e e) Parecer do Conselho de Administração. O Senhor Fábio fez uma explanação sobre a Coonai durante o período de 2013, reportando aos presentes todas as dificuldades enfrentadas pela Cooperativa em virtude da grave crise econômica que se abateu sobre o país e a diminuição dos chamados para inspeção, o que trouxe enormes prejuízos econômicos para a COONAI. Também falou sobre a nova legislação das Cooperativas de Trabalho e da necessidade de várias ações para adequação da COONAI à nova legislação. Perguntado sobre quais os impactos dessa situação sobre os cooperados, o Senhor Fábio respondeu que foi contratado um escritório de advocacia para acompanhar todo o processo de adequação da cooperativa à nova legislação ou a sua liquidação, dependendo da decisão da assembléia. O Senhor Fábio disse ainda que a Cooperativa adquiriu precatórios como garantia de pagamento de impostos e taxas devidos, seguindo orientação de escritório de advocacia contratado para tal finalidade. O Senhor Fábio disse também que estão em curso ações na justiça questionando a legalidade da cobrança de alguns tributos. Perguntado sobre as intimações que os cooperados têm recebido para comparecimento na Justiça do Trabalho, o Senhor Fábio respondeu que estas intimações são decorrentes de um Contrato de Prestação de serviços assinado com a MBR, que posteriormente foi adquirida pela Vale, onde os cooperados tinham dezesseis repasses anualmente. Por volta do ano de 2010 após a Vale passar por uma averiguação do Ministério do Trabalho, o Contrato entre e Vale e a COONAI foi questionado judicialmente, o que ocasionou sua rescisão. Após rescindir o contrato, os cooperados que prestavam serviços à Vale foram contratados diretamente por uma empresa e continuaram a prestar serviços à Vale, e após algum tempo, tendo em vista a diminuição dos recebimentos, entraram na Justiça do Trabalho requerendo vínculo empregatício com a Vale durante o período em que trabalharam como cooperados. Este fato desdobrou-se em outras ações do Ministério Público e da Polícia Federal para investigar a COONAI, motivo pelo qual vários cooperados estão sendo intimados a prestar esclarecimentos sobre o funcionamento da COONAI. Tudo isto tornou impossível a continuidade da existência da COONAI, e nesta oportunidade o Senhor Fábio comunicou sua decisão de deixar a Presidência do Conselho de Administração da COONAI. Perguntado sobre a ação de Macaé, o Senhor Fábio respondeu que é uma ação trabalhista transitada em julgado e que foi proposta por um cooperado no Rio de Janeiro no ano de 1998 que foi acolhida pela Justiça. Perguntado se há alguma outra ação na justiça trabalhista contra a COONAI, o Senhor Fábio respondeu que não tem conhecimento de qualquer outra ação trabalhista contra a COONAI. Em relação ao Balanço Patrimonial do Exercício 2013, o Senhor Fábio esclareceu que no exercício de 2013 não foram apuradas sobras, apenas perdas, que foram contabilizadas como prejuízo e muito contribuíram para o endividamento da COONAI. O Senhor Fábio afirma que a situação da COONAI é grave e necessita de medidas urgentes para regularizar a situação junto aos cooperados e demais credores. O Presidente do Conselho de Administração confirmou as informações explicando os motivos pelos quais a COONAI se encontra nesta situação de crise financeira. Terminada esta fase, o Senhor Fábio passou para o segundo item do edital de Convocação: 2 - Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas. O Senhor Fábio disse que as perdas foram incorporadas ao patrimônio da COONAI, não sendo distribuídas entre os cooperados. Terminada esta fase, passou-se para o terceiro item do Edital de Convocação: 3 - Liquidação da Coonai. O Senhor Fábio expôs a todos os cooperados presentes que a situação da COONAI até o presente momento é irreversível, que a diminuição dos chamados, a nova legislação das cooperativas de trabalho, que criou uma série de outros custos operacionais para a COONAI, inviabiliza a continuidade de suas atividades, além do que ações na Justiça do Trabalho estão criando um enorme passivo trabalhista e aumentando cada vez mais a crise econômica da COONAI. Em virtude destes fatos, o Senhor Fábio propôs aos cooperados presentes a liquidação extrajudicial da COONAI. Posta em votação esta proposta, foi aprovada por todos os presentes, com exceção do Sr. Raimundo Querubim Cabral de Oliveira, que se absteve. Tendo sido aprovada a liquidação extrajudicial da COONAI, passamos para o quarto item do Edital de Convocação: 4 - Eleição do Liquidante e do Conselho Fiscal. Foi perguntado aos presentes se alguém quer apresentar o seu nome para ser o Liquidante ou fazer parte do Conselho Fiscal da COONAI durante o período de liquidação da Cooperativa, todos responderam negativamente. Foi novamente feita a consulta e novamente todos responderam negativamente. Diante da ausência de cooperados para serem indicados ao cargo de liquidante ou conselheiro fiscal da Coonai durante o processo de liquidação da mesma, foi proposto pela assembléia que fosse mantido o Senhor Fábio como liquidante e o Conselho Fiscal fosse mantido o mesmo, uma vez que estão bem inteirados da real situação da cooperativa e devem ser os responsáveis por todo o processo de liquidação da COONAI. Colocada esta proposta em votação foi aprovada por unanimidade dos presentes. Perguntado aos presentes se havia mais algum assunto a ser tratado, todos os cooperados presentes responderam que não. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Fábio suspendeu a reunião por trinta minutos para que a presente ata fosse lavrada, que lida e achada conforme, após ser aprovada por todos, foi assinada pelo Presidente do Conselho de Administração, Senhor Fábio Antonio da Silva e por mim, Iron da Silva Muller, secretário que a lavrei.

FÁBIO ANTONIO DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração

IRON DA SILVA MULLER
Secretário

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A

EXTRATOS DE CONTRATOS(*)

Contrato CECS Nº 005/14; Contratada: Alcides José da Costa Filho & Cia. Ltda.; CNPJ: 10.157.440/0001-80; Objeto: Prestação de serviços na área de recursos humanos e administração de pessoal para dar suporte operacional as Associações e Comunidades Indígenas envolvidas com o PBA - Componentes Indígenas da UHE Mauá; Data de Assinatura: 02/06/14; Prazo de Vigência: 12 meses; Valor do Contrato: R\$ 15.600,00.

Contrato CECS Nº 009/14; Contratada: Sul Bombas Sistema de Bombeamento Ltda; CNPJ: 13.053.587/0001-49; Objeto: Aquisição de Bombas e Acessórios para o Sistema de Drenagem do Reservatório da UHE Mauá; Data de Assinatura: 23/06/14; Prazo de Vigência: 150 dias; Prazo de Entrega: 120 dias; Valor do Contrato: R\$ 52.000,00.

(*)N. da Coejo: Publicados nesta data por ter sido omitido do DOU nº 121, de 27/6/2014, Seção 3.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTIVADORES

AVISOS DE ELEIÇÃO

Nos dias 06, 07 e 08 de agosto de 2014, será realizado o XII Congresso Nacional dos Estivadores, Ordinário Eleitoral, para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegado Representante junto à Confederação, e respectivos suplentes. Mandato no período de 01/10/2014 a 30/09/2018. O prazo de registro de chapas é de 15 (quinze) dias, contando da data da publicação deste edital. Os pedidos de registro de chapas serão dirigidos ao presidente da Federação, formalizados em duas vias, cada uma com os documentos necessários apresentados à secretaria que durante o prazo para registro, funcionará das 9h às 12h, e das 14h às 18h nos dias úteis. O horário de votação será das 9h às 17h do dia 08 de agosto de 2014, e o local será nas dependências do Praia Hotel Enseada - Av. Dr. Antônio Gouveia, 171 - Pajuçara - Maceió/AL. O edital de convocação encontra-se fixado na sede da Federação, regulando-se os procedimentos eleitorais pelo Estatuto em vigor da Federação Nacional dos Estivadores.

Pelo presente edital, em conformidade com o Estatuto da Federação Nacional dos Estivadores e a legislação em vigor, conforme artigo 18, e Capítulo VIII do processo eleitoral Seção I Atos preliminares artigo 45, §1º e § 2º, convoco o Conselho de Representantes desta Federação para estar presentes entre os dias 06, 07 e 08 de agosto de 2014, nas dependência do Praia Hotel Enseada - Av. Dr. Antônio Gouveia, 171 - Pajuçara - Maceió/AL, para a realização do XII Congresso Nacional dos Estivadores, e Eleições Congressuais, para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegado Representante junto à Confederação, e respectivos suplentes. Mandato no período de 01/10/2014 a 30/09/2018.

Brasília-DF, 27 de junho de 2014
WILTON FERREIRA BARRETO
Presidente da Federação

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PORTUÁRIOS

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Diário Oficial da União n.º 120 - Seção 3 página 195, onde se LÊ: à REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA da FEDERAÇÃO, a ser realizada no SDS - Ed. Venâncio IV - Sala 210 a 212 - Asa Sul - Brasília-DF, LEIA-SE: A ser realizada no Sindicato Unificado dos Portuários do Estado da Bahia - SUPORT - no endereço Rua Miguel Calmon, 37 - Centro - Comércio - 2.º andar - Salvador-BA.

FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA -
FESPUMEB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da FESPUMEB - Federação dos Servidores Públicos Municipais do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Estatuto Social desta entidade, CONVOCA todos os sindicatos dos Servidores Públicos Municipais do Estado da Bahia filiados e não filiados, para uma Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de julho de 2014, às 09:00 horas em primeira convocação com a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um dos sócios, ou as 10:00 horas em segunda e última convocação com qualquer número de membros presentes, na sede da FESPUMEB, situada a Rua São Domingos, Nº 998, Bairro: Santa Mônica, CEP: 44.076-642, na Cidade de Feira de Santana-Bahia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1 - Apreciação das prestações de contas referentes aos exercícios 2011, 2012, 2013;
- 2 - Reformulação Estatutária
- 3 - o que ocorrer.

JOSÉ HÉLIO BORGES DA SILVA SANTANA
Presidente da Federação



Complexo Nascentes do Pantanal:

Araputanga - Cáceres - Curvelândia - Figueirópolis D' Oeste - Glória D' Oeste - Indaiavá - Jaurú - Lambari D' Oeste - Mirassol D' Oeste - Porto Esperidião - Reserva do Cabaçal - Rio Branco - Salto do Céu - São José dos Quatro Marcos.

Publicações



TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 09/2010

27/06/2014

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2010, CONTRATO ESSE ORIGINALMENTE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL-CIDESAT E A EMPRESA BASE DUPLA SERVIÇOS E CONTRUÇÕES CIVIL – LTDA.

Aos 26 dias do mês de junho do ano de 2014 (dois mil e catorze), nesta cidade de São José dos Quatro Marcos-MT, o **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal – CIDESAT**, com sede e foro em São José dos Quatro Marcos, estabelecido na Rua Rio de Janeiro, nº 1.125, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 08.979.141/0001-80, aqui representada por sua Presidente, **MARIA MANEA DA CRUZ**; há por bem rescindir unilateralmente o Contrato Administrativo nº 09/2010 que foi firmado com a empresa **BASE DUPLA SERVIÇOS E CONTRUÇÕES CIVIL LTDA.**, CNPJ: 04.568.575/0001-66, em 12/04/2010, cujo objeto é a execução das obras de implantação do sistema de resíduos sólidos incluído aterro sanitário, sistema de compostagem e centrais de triagem nos Municípios de Mirassol D'Oeste, São José dos Quatro Marcos e Araputanga; operando-se tal rescisão pelos fundamentos seguintes e gerando os efeitos a seguir fixados.

PRIMEIRO

Fica neste ato unilateralmente rescindido o Contrato nº 09/2010 originalmente celebrado entre as partes identificadas no preâmbulo, em razão da empresa BASE DUPLA SERVIÇOS E CONTRUÇÕES CIVIL LTDA não haver reiniciado a execução dos serviços, apesar do compromisso por ela assumido no Sexto Termo Aditivo de Prazo.

SEGUNDO

A rescisão do Contrato nº 09/2010 ora operada tem fundamento nos fatos e informações registradas no Processo Licitatório nº 03/2009 (Concorrência Pública 01/2009) e seu apenso, Processo Administrativo 01/2014, nos quais se contata a total inexecução do cronograma físico-financeiro proposto pela própria contratada e acatado pela contratante quando da assinatura do sexto termo aditivo de prazo, além da abertura de prazo para exercício do contraditório e da ampla defesa de seus interesses, utilizado mediante o oferecimento de manifestação encartada aos autos de Processo Administrativo nº 01/2014.

TERCEIRO

Além dos fundamentos processuais citados nos itens precedentes, a rescisão contratual ora operada funda-se na autorização constante do art. 77, combinado com o inciso I, do art. 78, sendo operada unilateralmente pela Administração, conforme previsto no inciso I do art. 79, todos da Lei nº 8.666/93.

QUARTO

Operam-se, como efeitos dessa rescisão, todas as consequências e penalidades estabelecidas no contrato rescindido, especialmente aplicação de multa e suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com o CIDESAT pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93.

QUINTO

A Empresa cujo contrato se rescinde será notificada para que, nos termos do contrato e da Lei, recolha o valor da multa, bem como o montante devido em razão do recebimento dos valores indevidamente pagos devidamente atualizados, tudo quantificado conforme o Parecer final da Comissão responsável pelo Processo Administrativo nº 01/2014.

SEXTO

Na notificação mencionada no item anterior também deverá constar a necessidade de recolhimento dos valores referentes aos serviços inacabados e/ou que não receberam aprovação da contratante, conforme notificações anteriores ao processo que culminou neste Termo de Rescisão Unilateral e o Parecer Final da Comissão responsável pelo Processo Administrativo nº 01/2014; isso, no caso da contratada não regularizar tais pendências no prazo de trinta dias.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado Pela Presidente do CIDESAT.

São José dos Quatro Marcos, 26 de junho de 2014.

MARIA MANEA DA CRUZ
Presidente

Documentos Relacionados

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2010

Parceiros



Enquete

O que achou do novo visual?

☐ Excelente

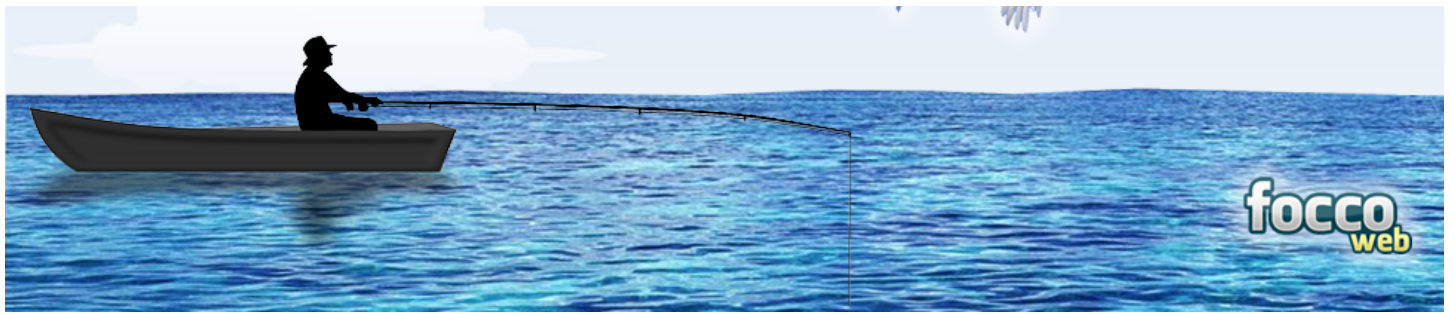
☐ Bom

☐ Ruim

VOTAR

RESULTADO

Copyright © 2013 - Nascentes do Pantanal



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS -
AMM-MT

RECURSOS HUMANOS E COMPRAS
TERMO DE CONTRATO Nº. 024/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE COLABORAÇÃO COM CAPACIDADE PARA A GESTÃO CHAT, CONTROLE DE ATÉ 05(CINCO) AGENDAS DIFERENTES E SIMULTÂNEAS COM ENVIO DE ATÉ 5.000 (CINCO MIL) MENSAGENS DE TEXTO TIPO SMS PARA CELULARES E ENVIO DE E-MAIL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA AMM.

CONTRATANTE: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.

CONTRATADA: **MOVICEL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA (ME)**

VIGÊNCIA: Será até 31/12/2014.

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

Diretoria da AMM
biênio 2013/2014

Presidente de Honra: Meraldo Figueiredo Sá- PSD

Presidente: Valdecir Luiz Colle – Juscimeira -PSD

Primeiro Vice-Presidente: Milton José Toniazco – Terra Nova do Norte – DEM

Segundo Vice-Presidente: Jamar da Silva Lima – Nova Brasilândia - PT

Terceiro Vice-Presidente: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu - PSB

Quarto Vice-Presidente: João Antônio da Silva Balbino – Rosário Oeste - PSB

Quinto Vice-Presidente: Leonardo Farias Zampa – Novo São Joaquim - PR

Secretário Geral: Carlos Roberto Bianchi – São José dos Quatro Marcos - PSB

Primeiro Secretário: Elias Leal-Mirassol D'Oeste - PSD

Segundo Secretário: Humberto Bortolini – Itiquira - PR

Tesoureiro Geral: Moacir Pinheiro Piovezan – Porto dos Gaúchos - PSB

Primeiro Tesoureiro: Divina Maria da Silva Oda – Pontal do Araguaia - PSB

Segundo Tesoureiro: Ademir Gaspar de Lima – Jaciara – PT

CONSELHO FISCAL

1 – Magali Amorim Vilela Moraes – General Carneiro - PSD

2 – Fábio Schroeter – Campo Verde - PTB

3 – Fausto Aquino de Azambuja Filho – Luciara (PSB)

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

1 – Luiz Henrique do Amaral – Cocalinho - PT

2 – Daniel Gonzaga Correia – Vale de São Domingos - PP

3 – José Mauro Figueiredo – Arenópolis – PRB

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Encarregado Jornal
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123-1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

VALDECIR LUIZ COLLE

Presidente da AMM

Publicado por:
Luciana Pereira dos Santos
Código Identificador:32C00949

RECURSOS HUMANOS E COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Nos termos do artigo 43, inciso VI da Lei Federação nº 8.666/93 e as suas alterações, **HOMOLOGO o Processo de Licitação nº017/2014 na Modalidade Convite de Licitação nº015/2014**, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de e por consequência **ADJUDICO** o certame, cujo objetivo é a **contratação de empresa especializada em serviços de colaboração com capacidade para gestão de chat, controle de até 05(cinco) agendas diferentes e simultâneas com envio de até 5.000(cinco mil) mensagens de texto tipo SMS para celulares e envio de e-mail para atender as necessidades da AMM**, sendo declarada como vencedora a empresa **MOVICEL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.**

Cuiabá-MT, 23 de Maio de 2014.

VALDECIR LUIZ COLLE

Presidente da AMM

Publicado por:
Luciana Pereira dos Santos
Código Identificador:2D100421

RECURSOS HUMANOS E COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Nos termos do artigo 43, inciso VI da Lei Federação nº 8.666/93 e as suas alterações, **HOMOLOGO o Processo de Licitação nº028/2014 na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº002/2014**, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de e por consequência **ADJUDICO** o certame, cujo objetivo é a **contratação de empresa especializada no fornecimento de softwares para engenharia, arquitetura e construção para atender ao Convênio nº001/2014/SECOPA**, sendo declarada como vencedora a empresa **MULTIPLUS TECNOLOGIA E COMÉRCIO LTDA** para atender as necessidades da AMM.

Cuiabá-MT, 28 de Maio de 2014.

VALDECIR LUIZ COLLE

Presidente da AMM

Publicado por:
Luciana Pereira dos Santos
Código Identificador:86928588

RECURSOS HUMANOS E COMPRAS
TERMO DE CONTRATO Nº. 029/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de softwares para engenharia, arquitetura e construção para atender ao Convênio nº 001/2014/SECOPA.

CONTRATANTE: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.

CONTRATADA: **MULTIPLUS TECNOLOGIA E COMÉRCIO LTDA.**

VIGÊNCIA: Será até 31/12/2014.

VALDECIR LUIZ COLLE

Presidente da AMM

Publicado por:
Luciana Pereira dos Santos
Código Identificador:233BDD35

ESTADO DE MATO GROSSO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL "COMPLEXO
NASCENTES DO PANTANAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO
COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO
ADMINISTRATIVO N.º 09/2010

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 09/2010, CONTRATO ESSE ORIGINALMENTE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL-CIDESAT E A EMPRESA BASE DUPLA SERVIÇOS E CONTRUÇÕES CIVIL – LTDA.

Aos 26 dias do mês de junho do ano de 2014 (dois mil e catorze), nesta cidade de São José dos Quatro Marcos-MT, o **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal – CIDESAT**, com sede e foro em São José dos Quatro Marcos, estabelecido na Rua Rio de Janeiro, nº 1.125, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 08.979.141/0001-80, aqui representada por sua Presidente, **MARIA MANEA DA CRUZ**, há por bem rescindir unilateralmente o Contrato Administrativo nº 09/2010 que foi firmado com a empresa **BASE DUPLA SERVIÇOS E CONTRUÇÕES CIVIL LTDA.**, CNPJ: 04.568.575/0001-66, 12/04/2010, cujo objeto é a execução das obras de implantação do sistema de resíduos sólidos incluído aterro sanitário, sistema de compostagem e centrais de triagem nos Municípios de Mirassol D'Oeste, São José dos Quatro Marcos e Araputanga; operando-se tal rescisão pelos fundamentos seguintes e gerando os efeitos a seguir fixados.

PRIMEIRO

Fica neste ato unilateralmente rescindido o Contrato nº 09/2010 originalmente celebrado entre as partes identificadas no preâmbulo, em razão da empresa **BASE DUPLA SERVIÇOS E CONTRUÇÕES CIVIL LTDA** não haver reiniciado a execução dos serviços, apesar do compromisso por ela assumido no Sexto Termo Aditivo de Prazo.

SEGUNDO

A rescisão do Contrato nº 09/2010 ora operada tem fundamento nos fatos e informações registradas no Processo Licitatório nº 03/2009 (Concorrência Pública 01/2009) e seu apenso, Processo Administrativo 01/2014, nos quais se contata a total inexecução do cronograma físico-financeiro proposto pela própria contratada e acatado pela contratante quando da assinatura do sexto termo aditivo de prazo, além da abertura de prazo para exercício do contraditório e da ampla defesa de seus interesses, utilizado mediante o oferecimento de manifestação encartada aos autos de Processo Administrativo nº 01/2014.

TERCEIRO

Além dos fundamentos processuais citados nos itens precedentes, a rescisão contratual ora operada funda-se na autorização constante do art. 77, combinado com o inciso I, do art. 78, sendo operada unilateralmente pela Administração, conforme previsto no inciso I do art. 79, todos da Lei nº 8.666/93.

QUARTO

Operam-se, como efeitos dessa rescisão, todas as consequências e penalidades estabelecidas no contrato rescindido, especialmente aplicação de multa e suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com o CIDESAT pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93.

QUINTO

A Empresa cujo contrato se rescinde será notificada para que, nos termos do contrato e da Lei, recolha o valor da multa, bem como o montante devido em razão do recebimento dos valores indevidamente pagos devidamente atualizados, tudo quantificado conforme o Parecer final da Comissão responsável pelo Processo Administrativo nº 01/2014.

SEXTO

Na notificação mencionada no item anterior também deverá constar a necessidade de recolhimento dos valores referentes aos serviços inacabados e/ou que não receberam aprovação da contratante, conforme notificações anteriores ao processo que culminou neste Termo de Rescisão Unilateral e o Parecer Final da Comissão responsável pelo Processo Administrativo nº 01/2014; isso, no caso da contratada não regularizar tais pendências no prazo de trinta dias. Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado Pela Presidente do CIDESAT.

São José dos Quatro Marcos, 26 de junho de 2014.

MARIA MANEA DA CRUZ
Presidente

Publicado por:
Darius Antonio Carniel
Código Identificador:7C87D04C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 023/2014.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na tomada de preços nº. 023/2014 realizada no dia 27/06/2014, teve como vencedor: Item 1: Transportes Serni Ltda, Item 2: Fracassado, Item 3: Transportes Serni Ltda.

Água Boa, 27 de junho de 2014.

VERA LUCIA FRIES
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:FBDE7A02

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

PREFEITURA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIF: 37430-COMIBRAS LITORAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 03.443.434/0001-54

AVENIDA DR. SEBASTIÃO HENRIQUE DA CUNHA PONTES, 4760, PAVIMENTO SEGUNDO.

BAIRRO: PALMEIRAS DE SÃO JOSÉ

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

CEP: 12.237-823

Prezado(a) Senhor(a):

Verificando os cadastros de contribuintes do nosso Município, constatamos que Vossa Senhoria possui **débito(s)** não Tributários, já inscrito(s) em **DÍVIDA ATIVA, referente a Multa do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor/PROCON - Processo Administrativo: FA nº. 0112.003.160-3.**

Nestes termos, vimos pela presente, **NOTIFICÁ-LO**, o proprietário ou responsável, para que no prazo de 05 (cinco) dias, compareça à sede da Prefeitura Municipal de Alta Floresta, na Procuradoria Jurídica, no horário das 7:00 as 13:00 horas, no intuito de regularizar sua situação.

O não atendimento a esta Notificação no prazo acima estipulado ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis.

Caso já esteja(m) quitado(s) favor desconsiderar esta notificação, e pedimos a gentileza de trazer o(s) comprovante(s) para que possamos providenciar a baixa do seu **DÉBITO**.

Alta Floresta – MT, 26 de junho de 2014.